



GT 68. Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder

Coordenador(es):

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFCEG)

Sessão 1

Debatedor/a: Roberta Sampaio Guimarães (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

A proposta deste GT é reunir estudos de diferentes matizes que tenham como campo de reflexão os feixes de relações de poder que ordenam, produzem, e reverberam práticas estatais. Visamos debater as relações entre setores da administração pública e aqueles que em distintos contextos de pesquisa podem ser classificados a partir de categorias como “usuários”, “empresários”, “pleiteantes”, “parceiros”, “especialistas” “atingidos”, “vítimas” etc. Serão especialmente de nosso interesse as análises que reflitam sobre a produção de mecanismos de assujeitamento e de modalidades de gestão e identificação de grupos e segmentos sociais através das práticas e discursos estatais. Para nortear o debate, sugerimos três eixos temáticos: 1. Projetos de desenvolvimento, projetos de cooperação e grandes empreendimentos; 2. Políticas de reconhecimento, memória e reparação; 3. Mercado, corporações, intermediários sociais e mediadores culturais.

Há vagas para antropólogos: relação entre gestão pública e antropologia nos concursos públicos federais

Autoria: Diana Dianovsky (Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo marco mais amplo de direitos sociais a serem garantidos pelo Estado brasileiro, o que impulsionou a construção de novas políticas públicas especialmente a partir de fins de 1990. Somado a isso, o investimento dos governos do início dos anos 2000 em fortalecimento estatal e em políticas sociais ocasionou a abertura de diversos concursos públicos para áreas como: cultural, política indigenista, desenvolvimento agrário, desenvolvimento social, direitos humanos, entre outros. Neste novo cenário, a antropologia passou a ser uma área do saber mais demandada para a legitimação de ações e discursos estatais. Este processo talvez esteja relacionado ao que Susan Wright identificou como ?politização da cultura?: a noção de ?cultura em seu sentido antropológico? passou a ser empregada como uma ferramenta política por decisores (no original, ?decision makers?) e por comentaristas da mídia a fim de legitimar seus discursos. Independentemente de antropólogos estarem ou não diretamente implicados nessas situações, Wright avalia que a antropologia esteve envolvida na politização do conceito. Uma das consequências desse novo lugar que a antropologia passou a ocupar, como especialista para determinadas políticas públicas, foi a abertura de diversos concursos públicos federais, estaduais e municipais para recrutamento de profissionais da área. Entre 2004 e 2018, apenas no âmbito federal, foram abertas ao menos 142 vagas que exigiam formação em antropologia, 32 que exigiam ciências sociais e 246 vagas interdisciplinares que contemplavam antropologia. Tendo em vista o exposto, o objetivo desta apresentação oral -- que faz parte da minha pesquisa doutoral ainda em andamento -- é investigar as expectativas da administração pública na incorporação de antropólogos nas suas carreiras permanentes como possíveis mediadores culturais. Para tanto, analisarei alguns editais e provas de concursos públicos



federais com foco especial nas atribuições dos cargos públicos, descrição de atividades laborais e o conteúdo programático das provas, em particular, de teoria antropológica, além de uma visão geral do panorama dessas contratações. Com essa proposta, pretendo contribuir para o debate acerca do uso do conhecimento especializado da antropologia como uma tecnologia de governo, e dos antropólogos como profissionais autorizados para instrumentalização do conceito cultura em discursos e práticas estatais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: